



Seminário Internacional dos Arquivos de Tradição Ibérica ■

A ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA de Archivos (ALA), um dos ramos mais activos do Conselho Internacional de Arquivos, foi criada em 1973 em Lima, no Perú, com o objectivo de incentivar o desenvolvimento dos arquivos de língua portuguesa e espanhola da América Latina, Espanha e Portugal, e de promover a cooperação entre a comunidade arquivística de todos os países membros. Entre as suas actividades mais representativas conta-se a organização de encontros e seminários internacionais, o estabelecimento de protocolos, a divulgação de normas e de trabalhos actualizados sobre arquivística.

O Seminário Internacional dos Arquivos de Tradição Ibérica é uma dessas actividades. Como membro da ALA, cabe a Portugal, no presente ano de 2005, a organização do IV Seminário. A nossa proposta para que esse evento se realizasse em Lisboa, na Torre do Tombo, formulada já no ano 2000, na sequência do II Seminário, ocorrido no Rio de Janeiro, teve desde logo bom acolhimento e aprovação por parte do Comité Directivo

da ALA, bem como da Direcção do IAN/TT nessa data. Razões várias motivaram o seu sucessivo adiamento. Finalmente, com muito trabalho e significativos apoios financeiros, entre os quais se salientam o do Programa ADAI (Apoyo al Desarrollo de los Archivos Iberoamericanos), Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Oriente, Câmara Municipal de Lisboa, Odebrecht, ficaram reunidas as condições para que se pudesse proceder a essa organização.

Com o tema central a “Cooperação Internacional em Arquivos”, serão abordadas questões relacionadas com as “Fontes Arquivísticas Comuns”, as relações com o cidadão, sob o título “Arquivos e Cidadania”, bem como aspectos mais directamente referentes às técnicas de Arquivo, reunidos sob a designação de “Sistemas de Gestão de Qualidade em Arquivo”. Estes temas serão apresentados em diversos painéis intitulados: “Documentar os processos de independência do séc. XIX”, “Arquivos e Direitos dos Cidadãos”, “Arquivos e Direitos



Neste número

- 01 • Seminário Internacional dos Arquivos de Tradição Ibérica
- 03 • I Jornadas de Arquivos
- 03 • Arquivos: as autarquias e as empresas
- 04 • Da Repartição Distrital de Obras Públicas à Junta Autónoma das Estradas
- 05 • Congregação dos Cónegos Seculares S. João Evangelista
- 06 • A Carta de Pêro Vaz de Caminha para D. Manuel
- 07 • TT Online
- 08 • Norma Portuguesa de Gestão de Documentos de Arquivo (NP 4438)
- 09 • O Correcto Manuseamento de Documentação
- 10 • O Arquivo de Fotografia de Lisboa do Centro Português de Fotografia
- 11 • PARAM – Arquivo Municipal de Matosinhos e Arquivo Municipal de Manteigas
- 11 • Arquivo de Vergílio Correia na Torre do Tombo
- 12 • Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo, vol. VI
- 12 • Comemorações do bicenténario da Biblioteca Pública de Évora
- 12 • Conferência

Humanos”, “Melhoria de processos organizacionais: desafios”, “A gestão de documentos e as novas tecnologias”, “Formação em Arquivística: Que Prioridades?” e “Conservação preventiva”.

Destacam-se as conferências a proferir por Eduardo Vera Cruz, da Faculdade de Direito de Lisboa – *Os arquivos no direito internacional*, António Costa Pinto, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – *Arquivos e direito à memória* e por Perrine Canavaggio, do Comité dos Direitos Humanos do Conselho Internacional de Arquivos – *Arquivos e Direitos do Homem*.

A Associação Latinoamericana de Arquivos (ALA) estará representada pelo seu Vice-presidente, Jaime Antunes da Silva (director do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e presidente do Conselho Nacional de Arquivos do Brasil (CONARQ)). Participam, ainda, vários directores dos arquivos nacionais da América Latina, ou seus representantes, nomeadamente, Virgínia Chacón Árias (Costa Rica), Berarda Salabarría (Cuba), Maria Eugénia Barrientos (Chile), Miriam Mejía (Colômbia), Alicia Casas de Barrán (Uruguai), Teresa Carrasco Cavero (Perú), Florêncio Ruben Muñoz (Panamá), Jorge Ruiz Dueñas (México) e Guillermo Briceño Porras (Venezuela).

Entre os participantes da América Latina contam-se ainda Maria Clemência Garcia, encarregada do departamento de conservação preventiva no Arquivo Geral da Nação da Colômbia, Hermes Tovar Pinzón, doutorado pela Universidade de Oxford, professor jubilado da Universidade Nacional da Colômbia, que abordará o tema “Archivos y derechos humanos: el cuerpo como testimonio”, Cláudia Masset Lacombe, Presidente da Câmara Técnica de Documentos Electrónicos do CONARQ e

Maria Odila Kahl Fonseca, da Universidade Federal Fluminense (Brasil).

Arquivistas e professores dos países ibéricos juntam-se para darem o testemunho das suas experiências nas áreas de direitos humanos, sistemas de gestão de qualidade em Arquivo, da formação arquivística e da conservação preventiva, como Maria Luísa Conde, Directora do Arquivo Geral da Administração de Espanha; Júlia Barredo Rodriguez, Presidente da Confederação de Associações de Arquivistas, Bibliotecários, Museólogos e Documentalistas (ANABAD);



Alfonso Sánchez Mairena, técnico superior de Archivos da Subdirección General de Archivos Estatales; Manuela Moro Cabero, da Universidade de Salamanca; José Ramón Cruz Mundet, Subdirector-Geral dos arquivos de Espanha; Pedro Penteado, Francisco Barbedo e Inês Correia do IAN/TT; Ana Cannas do Arquivo Histórico Ultramarino; António Pina Falcão, Presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas; Paula Ochôa do Ministério da Educação e Stephan Schaefer da Universidade Nova de Lisboa.

Na apresentação de casos sobre direitos humanos participam representantes da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), Agostinho de Castro Martins; da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Francisco D’Orey Manuel; da Assistência Médica Internacional (AMI), Fernando Nobre; da Junta Directiva da ASF Internacional, António González Quintana; do Departamento de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral da República, Catarina Albuquerque; e o Presidente do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

No decorrer do Seminário será feito o lançamento das obras *Os Arquivos das ONG, uma memória a partilhar* e *Documentos de Arquivo Electrónicos: um guia para arquivistas*, tradução portuguesa dos documentos do CIA.

Realiza-se na mesma data o II Fórum Permanente dos Arquivos de Língua Portuguesa, dada a impossibilidade de se ter realizado em 2004 no Maputo. Por essa razão, e de acordo com o interesse manifestado pelos países integrantes, foi incluído no programa o painel “Documentar os processos de independência do séc. XIX”, que terá intervenções de Michel Cahen, do Centre d’études d’Afrique Noire de l’IEP de Bordeaux, Moisés Fernandes, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, João Lourenço, do Arquivo Nacional de Angola, João Borges Coelho, da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, e da historiadora Dalila Cabrita Mateus.

Dado o interesse dos temas em debate, espera-se um ampla participação, não só dos colegas, mas de todos quantos de algum modo se debruçam sobre estas matérias.

Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha

ARQUIVOS DISTRITAIS

GUARDA

I Jornadas de Arquivos ■

DECORRERAM NO PASSADO DIA 24 de Junho, na Guarda, as I Jornadas de Arquivos, subordinadas ao tema “O Papel dos Arquivos em Portugal e Espanha”, organizadas pelo Arquivo Distrital da Guarda e pelo Centro de Estudos Ibéricos.

O seu principal objectivo foi a troca de conhecimentos e experiências entre arquivistas de Portugal e Espanha, sobretudo no âmbito das redes e sistemas de arquivos (tema 1) e da normalização (tema 2).

Procurou-se ainda efectuar um balanço da situação dos arquivos na Península Ibérica e perspetivar os desafios que estes têm de enfrentar, na actual Sociedade de Informação.

Na sessão de abertura estiveram presentes a Senhora Governadora Civil da Guarda, o Presidente da Câmara e o Director-Geral do IAN/TT.

Na abordagem do primeiro tema, Armando Malheiro da Silva, da Universidade do Porto, começou por historiar a evolução dos arquivos, de modo a sublinhar os paradigmas dominantes em cada período, mas destacou-se pela distinção efectuada entre os conceitos de rede

e sistema de arquivos, que procurou aplicar à realidade portuguesa.

Ainda sobre esta temática, Eduardo Garcia Nava, director do Arquivo Histórico Provincial de Segóvia salientou, à luz da Constituição Espanhola de 1978, as competências dos arquivos estatais geridos pelo Ministério da Cultura e aqueles cuja responsabilidade de gestão foi transferida para as comunidades autónomas. Teceu críticas ao sistema espanhol de arquivos indicando, entre outras, a retracção do Estado face ao reforço de competências das regiões autónomas no domínio arquivístico e a inexistência de regulamento estatal dos arquivos. Entre as vantagens ao sistema vigente destacou a abundância de recursos materiais e humanos existentes naquele país.

No tema da normalização foram conferencistas Carmen Sierra Barcena, Chefe de Secção do Centro de Informação Documental de Arquivos, do Ministério da Cultura de Espanha, e Lucília Runa, do IAN/TT e membro do Programa de Normalização de Descrição em Arquivo. Para a primeira é fundamental o intercâmbio e



a partilha de informação, defendendo a necessidade de um portal europeu / mundial para o efeito.

Lucília Runa salientou a necessidade de articulação entre as ISAAR(CPF) e ISAD(G), com vista a uma optimização do acesso à informação. O uso destas, potenciadas com o recurso às novas tecnologias, permite o acesso, a diferentes redes e entidades gestoras de informação.

As Jornadas contaram ainda com uma mesa redonda sobre “Os arquivos do Século XXI: novos desafios, novas práticas”, na qual participaram Pedro Penteado, Director de Serviços de Arquivística do IAN/TT, António Quintana, ex-Subdirector-Geral dos Arquivos de Espanha, Filomena Carvalho, responsável pelo Arquivo Municipal de Seia, Manuel Camarzana, do Arquivo Geral Militar de Ávila, Miguel Infante, Vice-presidente da Associação BAD e Júlia Barredo, representante da ANABAD (Espanha).

Maria Cecília Falcão Dias

DIRECTORA DO ARQUIVO
DISTRITAL DA GUARDA

LEIRIA

Arquivos: as autarquias e as empresas ■

O ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA foi convidado, pelo ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração – de Leiria a participar no colóquio “Arquivos: as autarquias e as empresas” que decorreu, no dia 24 de Junho de 2005, no auditório da NERLEI.

Esta iniciativa teve como objectivo focar todas as vertentes da informação e foi especialmente pensada

para dar a palavra aos decisores na produção da informação, tendo como complemento a perspectiva técnica. Trataram-se sobretudo as áreas dos arquivos correntes, da tomada de decisão e a acumulação das massas documentais.

Deste colóquio extraímos que, na actual sociedade, a *informação* é um factor de competitividade em todas as organizações. A informação apoiada

nas novas tecnologias permite a salvaguarda de todo o património. Impõe-se a criação de redes locais de desenvolvimento económico a nível municipal ou intermunicipal, envolvendo o Poder Local, Associações de Municípios, Associações Empresariais ou Empresas relevantes no tecido local bem como os centros de saber nomeadamente Universidades e Institutos Politécnicos. [1]

Estradas do Algarve: construção, manutenção e reparação, 1856-1968

Da Repartição Distrital de Obras Públicas à Junta Autónoma das Estradas ■

EM 1982 O ARQUIVO DISTRITAL de Faro recebeu, em regime de depósito, parte significativa do arquivo produzido e recebido até então pela Direcção de Estradas do Distrito de Faro, dependência regional da Junta Autónoma de Estradas. Este conjunto documental testemunha o labor de diferentes serviços que se sucederam no tempo: a Repartição Distrital de Obras Públicas de Faro, dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e extinta em 1886, a Direcção de Obras Públicas do Distrito de Faro sucedânea daquela e a Direcção de Estradas do Distrito de Faro, integrada, primeiro na Administração Geral das Estradas e Turismo e a partir de 1927 na Junta Autónoma das Estradas.

Ainda que a designação orgânica se tenha alterado, as funções nucleares mantiveram-se ao longo dos anos e os documentos produzidos assim o testemunham. Se a construção, manutenção e reparação de estradas foram o lado mais visível do trabalho desenvolvido, o âmbito de acção repartiu-se pela edificação e conservação de pontes, faróis, obras de arte, canais, portos, docas, chafarizes, lavadouros, jardins e zonas arborizadas, edifícios públicos, sinais de trânsito, etc.

Os documentos expostos pretendem ilustrar esta variedade de atribuições, por exemplo: um inventá-



rio dos bens da Repartição de Obras Públicas, registando, desde os objectos de desenho, à mobília e às ferramentas e utensílios, diferentes tipos de plantas, um auto de recepção de trabalhos, um processo de licenciamento para colocação de anúncio, fotografias de levantamento, uma caderneta de controlo do trabalho diário dos cantoneiros.

A proximidade dos documentos com os objectos expostos, cedidos pelo actual detentor, o Instituto das Estradas de Portugal, tornam mais presente a memória de um quotidiano de trabalho de décadas; um sinal de proibição de ruído, uma lanterna a petróleo para sinalização, um capacete, uma braçadeira, um

distintivo da farda ou uma bolsa de Cabo de Cantoneiro para guarda de folhas de ponto e de corneta, emprestam afecto e vida à informação gravada nos documentos, escritos ou desenhados.

Como organismo de grande longevidade, a Junta Autónoma das Estradas deixou um legado inquestionável, a diversos níveis. Não farão parte da memória visual do século xx português as inúmeras casas de cantoneiros de modelo repetido em todo o território nacional, a sigla JAE assinalada em pontes e chafarizes, a cor cinzenta das fardas dos cantoneiros limpando valetas, reparando estradas ou pintando marcos de sinalização?

A Junta Autónoma das Estradas (JAE) foi extinta em 1999. As suas funções foram repartidas por três novos institutos: O Instituto das Estradas de Portugal (IEP), o Instituto para a Construção Rodoviária (ICOR) e o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (ICERR).

A documentação existente no Arquivo Distrital de Faro abrange um período compreendido entre 1856 e 1969, está acondicionada em 493 caixas e 200 rolos, que ocupam, em depósito, 75 metros lineares.

Alexandre Arménio Tojal

DIRECTOR DO ARQUIVO
DISTRITAL DE FARO

Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista ■

NO PANORAMA MAIS recente da historiografia portuguesa são frequentes as linhas de investigação que, enveredando claramente por temas de história religiosa e utilizando fontes de natureza eclesial, utilizam renovadas abordagens metodológicas e propõem interpretações inovadoras. Desta orientação surgiram numerosos estudos sobre instituições religiosas, sobretudo mosteiros ou abadias, cuja abundante documentação disponível possibilita reconstituir o seu património imóvel e avançar na caracterização social da comunidade, no estudo da sua organização interna, do seu relacionamento com outras instituições de poder ou da sua intervenção na vida social e cultural.

Estes trabalhos, reportando-se a diferentes áreas geográficas e ordens religiosas variadas, permitem-nos, para alguns casos, ensaiar análises de conjunto bastante completas, quer no que diz respeito a uma região mais alargada, quer no que se refere ao comportamento global de uma determinada ordem. É o que acontece, por exemplo para a ordem de Cister ou para os mosteiros beneditinos.

Não obstante este avanço, há contudo algumas congregações, nascidas no final da Idade Média, que estão ainda pouco estudadas, tanto globalmente, como do ponto de vista de cada uma das casas. É o caso da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista ou dos Lóios, como também é vulgarmente conhecida, sendo esta, aliás,



Pormenor de uma carta da rainha D. Leonor à congregação dos Lóios, doando aos cónegos a igreja de S. Pedro de Alenquer (1494). (Convento de S. Bento de Xabregas, mc. 14, n.º 1).

a designação que permaneceu de forma mais duradoura na memória colectiva. Esta congregação nascida no limiar do século xv, merece ser alvo de uma investigação mais completa, tanto pela sua especificidade institucional como pelo seu carácter eminentemente nacional e enorme prestígio social.

Entre 1427, data da primeira aprovação pontifícia, e o final do século xv, os Lóios fundaram seis conventos nas principais dioceses do país (Braga, Lamego, Lisboa, Porto e Évora) e foram amplamente protegidos pelo poder régio. Inscrevendo-se na tradição canónica segundo o modelo italiano dos cónegos de S. Jorge de Alga em Veneza, a congregação consolidou-se rapidamente e assumiu um papel importante na área assistencial, na direcção da reforma pré-tridentina e na actividade missionária. Desenvolveram uma espiritualidade e um modo de vida específicos que os tornou singulares no panorama europeu da história das ordens religiosas. Aliás a congregação funcionou melhor em Portugal do que em Itália, levando Pio V a requisitar alguns dos seus membros para reformar os cónegos congéneres de S. Jorge de Alga (Veneza), cujo

modelo de organização e estatutos tinham sido seguidos, na época da fundação, pela congregação portuguesa.

É importante referir que a ausência de estudos sobre os Lóios verificada até ao presente não se deve à ausência de fontes documentais porque elas existem, se não em abun-

dância, pelo menos em número suficiente para permitir uma análise historiográfica aprofundada.

Os fundos documentais desta Congregação existentes na Torre do Tombo são provenientes dos conventos de São Salvador de Vilar de Frades, de Santo Elói de Lisboa, de São Bento de Xabregas, do Espírito Santo da Feira e do Colégio de São João Evangelista de Coimbra e compreendem 92 livros e 79 maços.

Este conjunto documental, num âmbito cronológico que tem como limites amplos as datas da fundação e da extinção da congregação em 1834 é diversificado e de distribuição desigual relativamente às temáticas abordadas: embora abundem os documentos relacionados com o património e com a sua administração, encontram-se também algumas peças arquivísticas isoladas que são uma fonte inestimável de informações, nomeadamente, o *Memorial do Novo Estado Apostólico*, crónica da congregação da autoria de Paulo de Portalegre, datada de 1468 e os livros das actas dos capítulos anuais dos Lóios realizados nos séculos xv e xvi.

Isabel Castro Pina

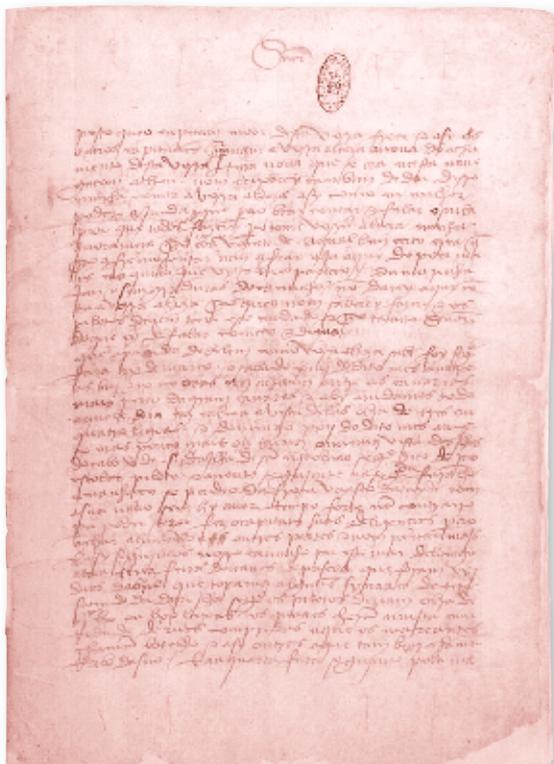
A Carta de Pêro Vaz de Caminha para D. Manuel ■

NO DIA 21 DE JUNHO DE 2005 a UNESCO inscreveu a carta que Pêro Vaz de Caminha redigiu sobre o achamento do Brasil entre as obras que constituem o Registo da Memória do Mundo. Tal classificação é sem dúvida um justo reconhecimento da enorme importância que tem este documento de catorze folhas com 29,5 cm de altura por 20,9 cm de largura que é um dos mais preciosos manuscritos conservados na Torre do Tombo, onde tem a cota: Gaveta 8, maço 2, n.º 8.

A carta de Pêro Vaz de Caminha permaneceu sem qualquer referência até que foi indexada em 1765 por José de Seabra da Silva, que a mandou copiar em 1773, mas a sua primeira edição foi feita apenas no Rio de Janeiro em 1817, com imprecisões, datando de 1826 a edição pela Academia das Ciências de Lisboa da sua versão integral.

O maior valor do documento em causa resulta da circunstância de ele marcar a entrada do Brasil na História. Pêro Vaz de Caminha foi um cronista admirável de tal facto, pois em poucas folhas deixou-nos uma relação diária do que ocorreu durante a escala brasileira da armada de Pedro Álvares Cabral que rumava à Índia. Afirmamos mesmo que passados quinhentos anos seria difícil descrever com tanta minúcia os acontecimentos que então ocorreram.

Pêro Vaz de Caminha antes de embarcar na armada que partiu do Restelo em 9 de Março de 1500 desempenhara o ofício de mestre da balança na oficina monetária do



Porto. A viagem que então realizou e o iria celebrar, também lhe foi fatal, pois morreu quando estava a desempenhar as funções de escrivão da receita na feitoria de Calecut, quando esta foi atacada em 16 de Dezembro de 1501.

A chegada dos navios comandados por Pedro Álvares Cabral a um território que este baptizou de Terra da Vera Cruz suscitou uma esplêndida revelação de um mundo novo para quem desconhecia a existência das terras que marginavam a sudoeste o oceano Atlântico. Encarregado pelo capitão-mor da armada de preparar um relatório detalhado destinado a informar o rei D. Manuel relativamente ao que se passara durante a permanência da frota em terras brasileiras, Pêro Vaz de Caminha iniciou a sua tarefa talvez no dia 26 de Abril, interrompeu-a em 29 de Abril e terminou-a em 1 de Maio, tendo

então enviado para Portugal a carta que escrevera. O resultado desse trabalho corresponde a um eloquente «auto do nascimento do Brasil», elaborado com uma linguagem plena de vigor e de vibração. Pêro Vaz de Caminha revelou-nos ter uma admirável capacidade para comunicar com toda a clareza a forma como se processou o relacionamento dos Portugueses com os autóctones, os quais foram caracterizados pela sua inocência silvestre. Um íntimo apego à realidade permite-nos apontar o visualismo como principal característica do discurso da carta. Visualismo esse que assume um dos lugares mais proeminentes da nossa rica literatura de viagens, pois foram únicas as circunstâncias do

impacto deste encontro. Elas forneceram motivos e estímulos para que a inspiração literária se materializasse numa obra-prima, cujos destinatários iniciais eram apenas o rei D. Manuel e os seus conselheiros mas que acabou por alcançar grande destaque ao ser divulgada desde o século XIX como expressão do encontro de uma parte da humanidade até então desconhecida dos europeus.

Pêro Vaz de Caminha demonstrou ser possuidor de uma viva sensibilidade, que transformou a sua obra num dos documentos mais expressivos da Literatura Portuguesa da Expansão, precisamente no momento em que, depois da África e da Ásia, se fazia entrar uma grande da América do Sul na História da Humanidade.

José Manuel Garcia



O «TT ONLINE» ABRE AO PÚBLICO disponibilizando, em www.iantt.pt, mais de 52.000 descrições, tendo envolvido a digitalização de 335.900 imagens relativas a 72 volumes do Arquivo de Oliveira Salazar, 7.000 fotografias da Companhia de Moçambique e Grupo Entrepasto, 45.000 documentos da colecção Corpo Cronológico e 229 documentos dos Tesouros da Torre do Tombo.

Destas merece um especial destaque a colecção virtual «Tesouros», pela sua importância e complexidade descritiva, uma vez que se encontram aqui 229 documentos, alguns na íntegra outros parcialmente, relativos a 45 fundos.

O projecto «TT Online» surgiu em Novembro de 2002, por iniciativa da Direcção então em exercício, tendo sido continuado pela Direcção que se seguiu, presidida pelo Prof. Doutor Pedro Dias.

Este projecto pretendeu aproveitar os desafios da era digital por forma a permitir à Torre do Tombo disponibilizar, em linha, um importante conjunto de documentos relativos a diferentes épocas históricas.

À data, encontravam-se abertas as candidaturas de projectos ao POC, Programa Operacional da Cultura, e surgia assim uma oportunidade de candidatura enquadrada na Medida 2.2. – Utilização das novas tecnologias da informação para acesso à cultura. Acção – Tratamento

e digitalização de arquivos e fundos bibliográficos e do património musical português cuja edição seja de manifesto interesse cultural. Este facto motivou-nos à elaboração do projecto e respectiva apresentação a 29 de Novembro de 2002. Incluiu a aquisição parcial dos serviços de digitalização, equipamentos e programas necessários, e envolveu um vasto conjunto de recursos humanos internos.

À selecção de documentos presidiu um critério que assentou na digitalização de documentos sem problemas de conservação, ou que já



se encontrassem fotografados e/ou microfilmados, o que explica o facto da digitalização ter decorrido apenas a partir de suportes intermédios (negativos, positivos e microfilmes). Exceptuam-se os Diários do Arquivo Oliveira Salazar, uma vez que estes já existiam em formato digital, apenas se efectuando o controlo das imagens, procedendo-se ao tratamento das que não respeitavam os padrões de qualidade estabelecidos.

Os restantes documentos, em suporte intermédio, foram digita-

lizados em *scanners* específicos, de alta resolução, tendo-se efectuado o tratamento, indexação, reformatação para acesso e respectivo armazenamento nos servidores adquiridos para o efeito, também ao abrigo deste Projecto.

Definimos ainda, de acordo com normas e recomendações existentes, os metadados essenciais à sua gestão e preservação, de forma a constituirmos uma base de imagens coerente, que nos permitisse a ligação às respectivas descrições.

Paralelamente a este trabalho, decorreu a descrição arquivística utilizando o programa CALM, ao nível do documento simples e/ou composto dos conjuntos seleccionados, os quais se encontram ligados aos objectos digitais – a representação digital das unidades de descrição. Todas as imagens ficaram assim disponibilizadas em linha, cumprindo o seu objectivo inicial.

A disponibilização através da *Internet* foi realizada com a parametrização do módulo *DServe* do programa CALM.

Este trabalho foi suportado por uma vasta equipa de técnicos com diferentes especializações, permanentes e temporários, que revelaram enorme empenho no seu trabalho e permitiram um gratificante resultado final, dentro do prazo programado.

Anabela Ribeiro

COORDENADORA DO PROJECTO

Norma Portuguesa de Gestão de Documentos de Arquivo (NP 4438) ■

FOI APRESENTADA AO PÚBLICO no passado dia 2 de Junho, no auditório da Biblioteca Nacional, a Norma portuguesa de gestão de documentos de arquivo – NP 4438, versão portuguesa da Norma ISO 15489, da autoria do Comité Técnico TC46 (SC11) da *International Organization for Standardization*. A sessão de trabalhos foi aberta pela Dr.^a Fernanda Campos, subdirectora da Biblioteca Nacional (BN), organismo de normalização sectorial para a área da Informação e documentação, e pelo Dr. Pedro Penteadó, em nome do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), entidade que coordenou os trabalhos preparatórios da publicação do documento.

Participaram na sessão o Dr. Gonçalo Ferreira, do Instituto Português da Qualidade, que se referiu ao papel deste na preparação das normas nacionais, a Dra. Cecília Henriques, da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, que orientou o grupo de trabalho da NP 4438, em representação do IAN/TT, e que falou sobre os problemas de terminologia e conceitos usados na tradução da norma ISO 15489, bem como o Dr. Francisco Barbedo, responsável pelo Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes do IAN/TT, que apresentou a estrutura e conteúdo da norma portuguesa.

A última parte da sessão contou com um debate que, além dos nomes referidos, teve ainda a participação da Dra. Ana Franqueira, da SIC, e do Dr. Vítor Gomes, do Museu da Presidência da República, membros do citado grupo de trabalho.

A matriz inspiradora desta norma – a ISO 15489 (*Information and documentation – Records management*) foi publicada em duas partes, em 2001, realizada a partir do documento

normativo da *Australian Standards AS 4390*, de 1996, que viria a ser acompanhada de um manual de aplicação intitulado DIRKS (note-se que, em 2002, a Austrália procedeu à revisão do texto de 1996 e adoptou a AS ISO 15489, com base na norma internacional – cf. <http://www.naa.gov.au/recordkeeping/>). Por isso, a NP 4438 encontra-se também dividida em duas partes. A primeira fornece princípios directores relativos à gestão de documentos de arquivo nas organizações públicas ou privadas e a segunda apresenta recomendações para a sua aplicação, incluindo uma visão geral dos processos e factores a considerar nas entidades que pretendam implementá-la, para além de uma bibliografia com indicação de normas nacionais e internacionais relacionadas.

Do conteúdo da nova NP salientam-se os requisitos que devem ser cumpridos pelas organizações para «produzir e manter documentos de arquivo fidedignos, autênticos e utilizáveis, e proteger a integridade desses documentos durante tanto tempo quanto o necessário», quer para tornar mais transparente a sua actividade e apoiar processos de negócio, quer para constituir memória organizacional. Deste ponto de vista, a norma é uma base de trabalho essencial para a gestão da informação e do conhecimento nas entidades que a adoptam, destacando-se ainda a possibilidade da sua articulação com os sistemas de gestão da qualidade organizacionais. No quadro arquivístico português, a NP 4438 pode assumir-se ainda como um instrumento facilitador da construção da(s) rede(s) de arquivo do país, dado que possibilita bases de trabalho comuns.

Do ponto de vista da Direcção de Serviços de Arquivística do IAN/TT, a

publicação da NP 4438 deve representar um ponto de partida para novas iniciativas que visem desenvolver a gestão normalizada dos documentos de arquivo em Portugal. De acordo com esta perspectiva, o IAN/TT deverá estar atento aos documentos emanados do TC46 (SC11) da ISO e de entidades relacionadas (<http://www.iso.org>). Um deles é a norma ISO/TS 23081-1:2004, sobre os princípios que regem a metainformação nos processos de gestão de documentos de arquivo, cuja tradução o Instituto deve estimular e acompanhar, em articulação com a BN. Da mesma forma, deverá seguir de perto os encontros especializados sobre estas normativas, bem como o processo de revisão da ISO 15489, em curso, ou a produção de documentos conexos. Poderá ainda estimular a existência de um grupo/laboratório de trabalho delegado da SC11, à semelhança do que sucede em Espanha, para criar instrumentos e ajudar a desenvolver produtos de acordo com as normas, bem como para analisar as possibilidades de desenvolver o processo de certificação dos sistemas de arquivo que as seguem de perto.

O IAN/TT tem ainda responsabilidades na promoção da NP 4438, devendo ajudar na sua difusão, interpretação e implementação, disponibilizando a norma na sua biblioteca, divulgando os seus principais conteúdos no seu *site* e manuais de gestão de documentos, aplicando-a no seu sistema de arquivo, difundindo-a nas iniciativas de formação ou de apoio técnico que desenvolve através do Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes e da Divisão de Arquivos Intermédios.

Pedro Penteadó

DIRECTOR DE SERVIÇOS
DE ARQUIVÍSTICA

O Correcto Manuseamento de Documentação ■

A DIVISÃO DE PRESERVAÇÃO, Conservação e Restauro incluiu no seu plano de actividades para 2005 uma campanha de sensibilização que visa estabelecer normas de manuseamento para a consulta de documentos na Sala de Leitura. Este tipo de iniciativa é usual noutras instituições semelhantes ao IAN/TT, a nível internacional. Pretende-se com esta iniciativa sensibilizar os leitores, pedindo-lhes a sua colaboração na salvaguarda de um património documental insubstituível que a todos pertence.

Para a concretização desta campanha contamos com a colaboração da Associação dos Amigos da Torre do Tombo que prontamente se prestou a contribuir com a oferta de 1000 lápis para serem disponibilizados na Sala de Leitura.

Como uma das principais causas de degradação do património documental está invariavelmente associada ao incorrecto manuseamento das obras, esta campanha de sensibilização promove o contacto pessoal com os utentes da sala de leitura. Os leitores são abordados pessoalmente por técnicos da Divisão de Preservação, Conservação e Restauro, que se deslocam semanalmente à Sala de Leitura para aconselhar os leitores presentes sobre os procedimentos correctos em termos de manuseamento e cuidados a ter com as obras a consultar.



Aspecto do interior do folheto informativo para a Sala de Leitura. Apresenta três casos exemplificativos de deterioração, diagnosticando causas, prevenindo custos e tempo de realização das intervenções de conservação.



Técnicos da DPCR em acção de sensibilização na Sala de Leitura do IAN/TT.

Durante a visita à sala de leitura, são oferecidos aos leitores «marcadores», executados na DPCR que contêm frases/alertas para problemas de preservação do dia-a-dia, bem como lápis, apresentados como

alternativa preferencial ao uso de canetas/esferográficas.

Para além da abordagem personalizada, também foi elaborado um folheto, em português e inglês, que reafirma e complementa as informações transmitidas oralmente aos utilizadores da sala de leitura.

Embora muito do que é enunciado no referido folheto

sejam princípios básicos e de bom senso, a verdade é que são sistematicamente esquecidos ou ignorados.

Para avaliar a eficácia e a assimilação dos conhecimentos transmitidos, foi distribuído um inquérito aos leitores, tendo-se concluído pelas respostas obtidas uma maior consciencialização relativa a preservação do espólio à guarda do IAN/TT, verificando-se também paulatinamente mudanças nos hábitos e atitudes dos utentes da Sala de Leitura.

DIVISÃO DE PRESERVAÇÃO,
CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Os documentos que apresentam sinais de infecção são itens frágeis. O seu manuseamento deve ser cuidadoso. Proteja-se usando máscara e luvas durante a consulta.

O manuseamento é um dos factores de degradação dos documentos. Ajude-nos a retardar a perda deste património.

O Livro, além de documento é um objecto complexo de estrutura relativamente frágil, cuja disfunção começa com as deformações e roturas originadas pelo manuseamento.

O Arquivo de Fotografia de Lisboa do Centro Português de Fotografia ■

O ARQUIVO DE FOTOGRAFIA de Lisboa, arquivo dependente do Centro Português de Fotografia, foi criado pelo decreto-lei n.º 160/97. Em 1999 começou a funcionar em instalações provisórias cedidas pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, tendo incorporado, nesse mesmo ano, os fundos da extinta Fototeca do Palácio Foz e uma parte dos fundos e colecções do antigo Arquivo Nacional de Fotografia (hoje, Divisão de Documentação Fotográfica do Instituto Português de Museus). Ao todo, encontram-se depositadas no AFL/CPF cerca de dois milhões de espécies fotográficas distribuídas por 36 fundos e colecções.

Embora o acervo possua imagens dos últimos anos da década de noventa do século XIX a esmagadora maioria do acervo reporta-se a personagens e acontecimentos ocorridos no século XX (mais concretamente até 1992). O século passado surge-nos, não só através do olhar dos fotógrafos, mas também através das reportagens fotográficas efectuadas por publicações como «O Século», o «Diário da Manhã/Época», a «Flama», ou por insti-



tuições como o Secretariado de Propaganda Nacional e Direcção Geral da Comunicação Social.

O Arquivo de Fotografia de Lisboa tem como competências a conservação, o tratamento arquivístico e a digitalização do património fotográfico que se encontra à sua guarda com o objectivo de o divulgar junto dos investigadores e público em geral. Para o atendimento e consulta de imagens, o AFL/CPF dispõe de um espaço na sala dos índices da Torre do Tombo, por onde passam, anual-

mente, perto de 200 investigadores. O crescente interesse da fotografia no seio da comunidade de utentes que habitualmente procuram a Torre do Tombo já levou também à assinatura de protocolos para a cedência de imagens, como é o caso do acordo estabelecido com o Museu da Presidência da República em 2004.

É também com o objectivo de proporcionar um crescente acesso dos utilizadores aos seus fundos e colecções, que o AFL/CPF se encontra envolvido em dois projectos particularmente importantes: a reorganização arquivística da série «Joshua Benoliel» e a limpeza e acondicionamento sistemático dos negativos da sub-série «Álbuns Alfabéticos», ambas pertencentes ao fundo «O Século».

A equipa do Arquivo de Fotografia de Lisboa presta também apoio técnico na área da fotografia a instituições públicas e privadas e a particulares, sempre que para tal é solicitado.

Fernando Costa

COORDENADOR DO AFL/CPF



INFORMAÇÕES

Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais ■

Arquivo Municipal de Matosinhos



Av. D. Afonso Henriques | 4450 Matosinhos
Tel. 229390950

EM MATOSINHOS, NO PASSADO DIA 9 DE MAIO, FOI inaugurado, na presença de Sua Excelência o Presidente da República e de Sua Excelência a Ministra da Cultura, o edifício «Floribela Espanca» que integra o Arquivo Municipal, a Biblioteca Municipal e a Galeria Municipal.

O Acordo de colaboração celebrado com a Câmara Municipal de Matosinhos, em 2002, ao abrigo do PARAM, foi assim cumprido, tendo o IAN/TT participado com um valor total de € 73.406, destinado à construção e à aquisição de equipamento.

Aguarda-se para breve a abertura do Arquivo ao público. [1]

Arquivo Municipal de Manteigas



Rua 1º de Maio | 6260-101 Manteigas
Tel. 275980000 | Fax. 275982092
Horário: 2ª a 6ª das 9 – 12,30h e das 14 – 17,30h

FOI INAUGURADO, NO PASSADO DIA 14 DE MAIO, O NOVO edifício destinado à instalação, em regime de uso exclusivo, do Arquivo Municipal cujo acervo histórico remonta ao início do século XIV.

O IAN/TT apoiou financeiramente a construção e a aquisição do respectivo equipamento, num valor total de € 85.284, conforme Acordo celebrado com a Autarquia de Manteigas, em 2000, no âmbito do PARAM. [1]

Arquivo de Vergílio Correia na Torre do Tombo ■

DESDE ABRIL DESTE ANO QUE SE ENCONTRA à guarda da Torre do Tombo uma parte considerável do arquivo do Prof. Doutor Vergílio Correia (1888-1944), doutorado em Letras pela Universidade de Coimbra, figura marcante da Arqueologia e da História de Arte, em Portugal, na primeira metade do século XX.

Vergílio Correia destacou-se como professor de História de Arte na referida Universidade, pelos trabalhos desenvolvidos nas escavações de Conímbriga, pela direcção do Museu Machado de Castro e pelos seus estudos. Entre estes, figuram os relativos à Arquitectura e Escultura portuguesa do século XVI e a sua colaboração especializada na célebre «História de Portugal» dirigida por Damião Peres. Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional das Belas Artes fundou e dirigiu diversas publicações periódicas e participou em diferentes congressos científicos nacionais e internacionais, tendo viajado por diferentes países.

Uma parte considerável da documentação que produziu, recebeu e acumulou no decurso da sua vida, fundamental para conhecer o homem, o professor, o cientista, foi reunida e organizada pelo seu filho, entretanto falecido. Foi este acervo cuja compra foi efectuada pelo IAN/TT à Livraria Alfarrabista Miguel de Carvalho, de Coimbra.

O conjunto documental em referência, em bom estado de conservação, é composto, entre outros, por correspondência recebida de algumas das mais reputadas personalidades do seu tempo, muitas delas do meio científico, como Aarão de Lacerda, Afonso Dornelas, Afonso do Paço, Damião Peres, Henri Breuil, Joaquim de Vasconcelos, José de Figueiredo, José Leite de Vasconcelos, Léon Bordon, Luís Chaves, Mendes Correia, Pierre David e Reynaldo dos Santos. Trata-se de mais de 3000 cartas autógrafas, em 16 dossiers, parte deles organizados e descritos. Neste acervo incluem-se ainda muitos manuscritos e impressos com anotações pessoais do autor, bem como fichas e trabalhos inéditos, desenhos e apontamentos do seu trabalho de campo nos domínios da Arqueologia e História de Arte e ainda material documentando a sua participação em eventos científicos e outros momentos da sua vida pessoal, profissional e científica. [1]

Pedro Penteadó

AGENDA

Acaba de Sair ■

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo, vol. VI



O VOLUME VI do *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo* contempla a documentação de origem privada

produzida por pessoas singulares, famílias, empresas e associações e por comissões e congressos de iniciativa particular. Inclui, ainda, as Coleções que foram sendo constituídas na Torre do Tombo, desde finais do século XIX e no decurso do século XX, segundo diversos critérios. Algumas são bem conhecidas, como a dos *Manuscritos da Livraria* ou a *Coleção de São Vicente*, embora não totalmente exploradas, outras que eventualmente tenderão a desaparecer como as designadas por *Manuscritos vindos do Ministério do Reino* e por *Manuscritos vindos do Ministério da Instrução Pública*, nomes que se devem à entidade remetente, uma e outra contendo códices pertencentes, maioritariamente, ao Ministério do Reino. Inclui, ainda, uma relação de documentos não integrados em fundos ou coleções, ou por terem sido adquiridos isoladamente, ou cuja

proveniência não está suficientemente esclarecida.

O volume inclui um total de 140 arquivos de pessoas singulares, famílias, empresas e associações e de comissões e congressos, incluindo a documentação em depósito, entre a qual se pode referir os de Marcello Caetano, da Casa Palmela, da Família Ferreira do Amaral e o dos Marqueses de Rio Maior. Entre os arquivos de pessoas singulares e de famílias de aquisição mais recente, refiram-se os de Luís Benavente, Henry Burnay, João Mendes do Amaral, Abade Correia da Serra, Albino dos Reis, Humberto Delgado, Casa de Santa Iria, e o dos Condes de Linhares. No âmbito dos espólios de associações conta-se o do Partido Socialista Português, no das empresas os arquivos do Crédito Predial Português, da Companhia de Moçambique, da Empresa para a Agroalimentação e Cereais e da Portugal-Frankfurt 97, SA.

O presente instrumento de descrição teve por objectivo não só dar uma visão de conjunto desta documentação, cuja informação complementa a produzida pelas instituições públicas, mas também fornecer uma base de trabalho aos técnicos que vierem a ocupar-se da sua completa descrição, dado que neste *Guia* apenas é feita a nível de fundo.

Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha

Comemorações do bicentenário da Biblioteca Pública de Évora ■

EXPOSIÇÃO

«*Um Tesouro de Sabedoria – Biblioteca Pública de Évora – Passado ‘Presente’ Futuro*»
29 de Junho a 30 de Outubro de 2005 | Palácio de D. Manuel Évora

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

BIBLIOTECAS PARA A VIDA
«*literacia, conhecimento, cidadania*»

27 a 29 de Outubro de 2005

Informações:

<http://www.evora.net/bpe>

Conferência ■

“*Os profissionais da informação no contexto europeu: perfis, formação, mobilidade*”

29 e 30 de Setembro de 2005
Auditório do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Informações:

www.apbad.pt